

PENSAR A POLÍTICA, PENSAR A PSICANÁLISE

Célio Garcia(1)

"Podemos pensar a Política?", esse é o título de um livro de Alain Badiou. Podemos pensar a prática política, a prática psicanalítica, ou seriam elas unicamente uma questão de agir, ato evidenciado por ocasião da intervenção do analista, do acontecimento político, do ato falho susceptível de apreciação somente a posteriori! Seria o acontecimento pensável, ou a ele teríamos que nos submeter, servindo-lhe de suporte "sem pensar"?

O cogito cartesiano fundado na reflexão, a instância egóica dotada de poder de síntese, ou o ego transcendental capaz de dirimir questões a partir da razão, todas elas instâncias fundadas em consonância com um sujeito do pensamento liberal, não resolveram a contento esta questão; assim deverão ceder lugar a outro tipo de figura. Por seu turno, um "processo sem sujeito" parece encaminhar a questão em termos não comprometidos com as figuras clássicas há pouco citadas. Formulada por Althusser, essa alternativa terá que ser examinada, seja na vertente onde temos uma figura pensada na dependência da Ciência, seja na versão de uma figura pensada na dependência da Política.

Qual seria essa nova figura pensada em contraposição ao pensamento liberal, pensada na seqüência do que se chama "crise do marxismo"? A teoria construída a partir da cisão do sujeito e da crítica da noção de objeto pode ser a fonte de uma reformulação da teoria sobre o sujeito político, seu agir, seu pensar. Estaria em vias de elaboração e conseqüente desdobramento uma doutrina do sujeito a qual pôde ser resumida por Badiou nas seguintes teses:

1. O sujeito contemporâneo é vazio, cindido, asubstancial e irreflexivo.
2. A verdade é da ordem do acontecimento, jamais ela se deixa inferir a partir de estruturas da situação. A verdade se infere a partir de um corte na situação, corte esse em correspondência com um significante excedentário já que não encontrado no linguaggio disponível na situação.
3. Não há representação do social passível de transposição para o registro do político. O termo representação, herdado por Freud e Marx, é objeto de uma avaliação crítica severa.

Examinadas essas teses, a questão vem a ser: será possível ainda se pensar uma política? Ou estamos submetidos à lei de ferro que decide sobre nossa espécie e que diz: "Tudo que se trata de fazer será feito". A questão política frente a essa lei vem a ser: nem todos os exercícios de uma mesma necessidade se equivalem. A questão política institucional é da ordem da doxa (opinião), ela não pode ser exposta a partir de axiomas, materna. O regime em que serão vazadas as frases, em se tratando de doxa, não exige consistência como no caso da linguagem axiomática.

Não é estranho à Psicanálise esse tipo de regime, de fraseado. Pelo contrário, Freud nos ensinou a considerar casos onde o sujeito falante se permite levar em conta duas sentenças "A" e "não A". Lembremos o caso onde o paciente, ao contar um sonho, diz: "Não pense que se trate de minha mãe...", para logo ficar claro que ele vai levar em consideração as duas sentenças: "É minha mãe..." e "Não é minha mãe...", pois eleja havia atribuído a segunda, "É minha mãe...", ao analista, como uma possibilidade ainda que por ele mesmo negada. Pensar a Psicanálise seria reexaminar a questão do famoso "trauma" (fato datado? acontecimento a ser renomeado?). A celeuma levantada em tomo do "trauma" menciona tão somente o abandono de uma hipótese inicial, por parte de Freud. A controvérsia parece limitar o interesse da questão: afinal teria tido Freud razões pessoais, não confessadas, para abandonar sua primeira hipótese? Episódios de abuso sexual de outros vítimas crianças em relações familiares próximas a Freud o teriam devotado de insistir na hipótese de um "trauma" como fato histórico datado, preferindo dizer tratar-se de uma fantasia do interessado. Vamos buscar um outro horizonte para discutir a questão.

De fato, Freud, no seu afã de construir uma disciplina psicanalítica que dispusesse dos mesmos instrumentos que as outras no cortejo da comunidade científica, cuidou de dotar a Psicanálise de uma teoria da causalidade, de fato uma "teoria da dupla causalidade". O objeto de estudo eleito por Freud não permitia que ele simplesmente aplicasse o que era conhecido como teoria da causalidade, para a qual, "cessada a causa, cessa o efeito". Aqui, em se tratando do Inconsciente, havia, de imediato, uma particularidade: A causa "permanecia" na memória, agindo algum tempo depois. O "trauma" como episódio número um, seguido de um episódio número dois capaz de dar significação ao primeiro, o todo formando o "processo neurótico", parece apontar para solução que deixa o acontecimento na dependência de uma nomeação. É bem verdade que Freud se refere, por vezes, ao "trauma" em termos de "excesso de sexualidade" não susceptível de ser absorvido em imagens verbais, algo irredutível, por conseqüente marca, não.

Qualquer tentativa de dar à Psicanálise uma versão historicista encaminha a questão em termos de sentido a ser atribuído ao que terá acontecido anteriormente. Quanto à História com H maiúsculo, poderíamos aventar a hipótese de que um mesmo acontecimento tenha conhecido mais de uma leitura, cada época preferindo considerar um ângulo diferente. (A história contada pelos vencidos não é a mesma que aquela contada pelos vencedores!, já fomos advertidos pelos próprios historiadores.) Vamos retomar a questão no nível da Política, logo adiante voltamos ao enfoque da Psicanálise. A "práxis inventiva" que renova o pensamento dos que se formaram a partir do texto de Marx aponta para uma solução que não se pode identificar com a leitura estereotipada fornecida pelas "leis da história". A "práxis inventiva", no entanto, terá que ser reelaborada juntamente com outros conceitos, sem o que ela corre o risco de ser mais um devaneio poético. Essa mesma "práxis inventiva" terá tido formulação radical quando Badiou, dialogando com militantes, lhes terá proposto uma militância sem partido.

Sem partido e sem tréguas, penso que o leitor há de me entender. Sem partido não quer dizer desistência de uma organização; o que dispensamos de bom grado são "lês chaînes intennédiaíres", facilmente burocratizáveis, dotados de alta propensão para servir como filtro por onde teriam que passar as iniciativas das equipes autônomas (para não usar o termo "base", já desgastado!). Recentemente, foi objeto de debate entre nós uma eventual "recomposição" do Outro como marca de alteridade inarradável, por ocasião de um final de processo (analítico, institucional, mas também político, com certeza); ora, o que se recompõe na maioria das vezes, são os tais "châions intennédiaíres", que passam a contribuir, mesmo inadvertidamente, para o fechamento da instituição, organização política e outras formas de viver coletivo.

Uma política determinada pelo acontecimento abandona a idéia de programa; a categoria acontecimento rompe com uma certa estruturação, assim como com a perspectiva de que existe um futuro previsível. Um acontecimento não é um fato, pois este último é da ordem da constatação e do reconhecimento. A imprensa transforma de bom grado o acontecimento em fato, neutralizando-o. A Política, tal como a entendemos, estabelece a singularidade frente ao esforço que tenta dar consistência a uma inexistente relação social, ou, por vezes, ao que é chamado vínculo comunitário.

A invenção política, essa determinada pelo acontecimento, é produtora de verdade. Aqui, o sujeito político faz parte, sem dúvida, de um movimento de pensamento ensejado pela crise do marxismo. Será nesse regime de singularidade que será possível enunciar a irrupção do sujeito. Se um acontecimento pertence ou não a uma situação, trata-se de um dilema, ou melhor, como nos propomos dizer, isso é decidível a partir tão-somente da situação; somente uma intervenção (ato, interpretação) poderá decidir a esse respeito. Aqui temos uma justaposição de três termos: "intervenção", "interpretação" e "ato"; só o terceiro nos interessa, pois ele permite uma apropriação do sujeito, dispensando qualquer tentativa hermenêutica, providencialista, profética, ou identificista. O ato não é o resultado de um saber, nem de uma inspiração, nem de uma missão que faria de um povo, segmento social ou família os representantes de uma instância outra.

Em resumo, a multiplicidade (por oposição ao Um, à situação unificada, ao partido único, ao comando único), certamente, não se deixa esgotar por ocasião e obra de uma nomeação baseada no nome próprio. Em que medida a "falta-a-ser" (Freud e Lacan) seria sanada por uma nomeação? - indagamos.

É certo que nem a autonomia, nem a liberdade simplesmente contestatária saberão acudir o militante seqüioso de solução para a "falta-a-ser". Há um saber político, porém, a ser explicitado, o qual não cabe no vocabulário das democracias representativas e/ou parlamentaristas munidas ou não de uma nomeação.

Um corte na situação é início de um novo saber, e o nome dado ao acontecimento é um termo novo, sabendo-se que o vocabulário já dado não é capaz de nomeá-lo. O saber conhecido tenderia a considerar que nada há de novo. O acontecimento é o resto, se nos ativermos ao regime do Um; para este último, sabemos que não há resto.

Estarão as instituições, as entidades políticas, mais ou menos abertas, abertas em momentos determinados, fechadas logo em seguida, tal como o Inconsciente de que fala Freud; só a escuta sensível ao acontecimento, não nossos ideais, não nossa traição de fundo deprimido ou melancólico, será antena para detectar a alegre e descontraída abertura.

UM CASO À PARTE: O HOMEM, SEUS DIREITOS

Escolhemos um tema conhecido pela abordagem consagrada. Vamos dar em seguida um resumo de uma conferência de Badiou onde ele examina a teoria dos direitos do homem na medida em que esta teoria vem a ser uma certa filosofia do sujeito e, seguramente, uma teoria da ação; de alguma maneira, vamos testar as idéias de Badiou, discutidas na primeira parte.

Em que consiste essa filosofia encontrada na teoria dos direitos do homem? Essa filosofia supõe um sujeito humano geral, de tal sorte que, sobrevindo-lhe o mal, fosse esse mal passível de identificação universalmente. O sujeito dos direitos do homem é assim alguém que do mal padece. Vamos aqui trazer elementos de contestação dessa doutrina ao propor uma ideia bem diferente do sujeito humano.

A ideologia dos direitos do homem subordina a identificação do sujeito ao reconhecimento do mal que lhe é feito. Essa ideologia define o homem como vítima: é justamente essa definição que consideramos inaceitável. O estado de vítima, de animal que sofre, de um simples mortal já em vias de privação da própria vida, reduz o homem a seu elemento animal.

Certamente que a humanidade é uma espécie animal, mortal e cruel poderíamos dizer, mas nem a mortalidade, nem a crueldade conseguem definir a singularidade humana. Enquanto carrasco o homem é uma abjeção animal; é necessário coragem para dizer que enquanto vítima ele não vale mais que o carrasco. Todos os relatos de tortura, ou testemunhos de alguém que escapou de um desastre, o mostram: se o carrasco pode tratar a vítima como animal, é que a vítima de alguma maneira tomou-se um animal.

Alguns, bem o sabemos, conseguem ser ainda homens e por força de esforço considerável conseguem dar testemunho do que lhes sucedeu. Dão estes prova de resistência, justamente ao se afastarem dessa identidade de vítimas. Esse testemunho faz deves outra coisa que não uma vítima, outra coisa que um ser para a morte, outra coisa que não um mortal. Faz de cada um deles um imortal.

Se existem os direitos do homem, esses não seriam os direitos da vida contra a morte, não seriam os direitos da simples sobrevivência contra a miséria teriam que ser os direitos da resistência humana. Direitos do imortal, direi, afirmam-se por si mesmos; direitos do imortal contra a contingência do sofrimento e da morte, são esses, são esses os autênticos direitos da resistência humana.

Partamos da idéia de que não existe um sujeito humano abstrato; de início, há um animal chamado, em certas circunstâncias, a ser sujeito, quer dizer, todo seu corpo e suas capacidades aceitam que uma exigência se cumpra para que uma verdade surja. Quais são as circunstâncias onde encontraríamos tal coisa?

São circunstâncias de uma verdade. E assim o animal humano é chamado a ser o imortal que ele não era. Mas não dissemos tudo.

Necessário se faz suportar o que seria capaz de solicitar esse homem a vir a ser esse sujeito: necessário que alguma coisa aconteça, necessário que alguma coisa lhe aconteça, alguma coisa distinta de simplesmente dizer que ele existe. Esse suplemento, chamemo-lo "acontecimento". O acontecimento nos obriga a uma nova maneira de ser.

De que decisão provém o processo de uma verdade? Como opera a subjetividade imortal? Vamos chamar fidelidade a decisão de nos referirmos ao acontecimento, não como viver como antes na rotina regulamentada do que há desde sempre. Por exemplo, após um encontro amoroso, após uma assembleia que tenha importância política, após uma aula onde eu vislumbre uma teoria e suas conseqüências, se eu quero ser fiel realmente, devo transformar a maneira ordinária de habitar a minha situação. A fidelidade de um acontecimento é, assim, uma ruptura real, pensada e praticada no lugar mesmo onde o acontecimento operou, veja esse acontecimento político, amoroso, artístico ou científico. Vamos chamar verdade, uma verdade, o preço real de uma fidelidade a um acontecimento. Chamaremos sujeito o suporte de uma fidelidade; assim, sujeito é o ator de um processo de verdade. O sujeito não preexiste ao processo, nem ele pode ser contemplado graças a elaborações teóricas. O processo de verdade induz o sujeito; só, nada mais.

O sujeito de uma política revolucionária não é o militante individual, nem tampouco uma classe; trata-se de uma produção singular que na história levou nomes diferentes. O militante certamente entra na composição desse sujeito. Sem dúvida, no entanto, ainda aqui o sujeito político o excede; o sujeito de um processo artístico não é o artista, o gênio, o artista entra na composição desse sujeito, mas as obras são irredutíveis a uma pessoa e a ultrapassam de muito. A existência local de um processo de verdade faz com que chamemos os sujeitos de "pontos de verdade"; vamos opor esta tese à ética abstrata dos direitos humanos.

Hamemos consistência subjetiva o laço entre o animal que busca o seu interesse e sujeito dizer que ele pode vir a ser. Já que uma fidelidade é uma fidelidade a um acontecimento, podemos imortal: há consistência subjetiva quando alguém é fiel a um acontecimento, não podendo o sujeito fazer dessa escolha argumento a serviço do princípio da sua continuidade. A manutenção de uma causa, já por si problemática, não pode estar em paralelo com o contínuo do sujeito (seu interesse).

À luz do "ser dois" do amor, que farei eu deste meu encontro? Como vou permanecer o imortal em que eu me tomei? Como vou tratar o paradoxo do desinteresse, do interesse desinteressado?

Só resta continuar a fazer de tal sorte que uma verdade advenha, pois o sujeito é o único suporte real do vir a ser de uma verdade. Deste ponto de vista, a ética da verdade que estou sugerindo não é uma ética trágica; direi mesmo que a fidelidade se apresenta, muitas vezes, como o contrário do trágico, isto é, ela tem a ver com o trabalho.

Assim, acreditamos na transformação política, essa transformação podendo estar ligada a acontecimentos coletivos. Não acreditamos, no entanto, na idéia de uma prolongada e interminável educação antes que aconteça alguma coisa. Não acreditamos tampouco em movimentos de avanço graças à ação de um grupo de vanguarda; um acontecimento político, no entanto, é o surgimento de capacidade que o simples saber não sabia identificar. Finalmente, não é possível ter conhecimento do acontecimento, pois, como vocês sabem, o acontecimento desaparece logo depois que ele aconteceu. Nesse sentido, o acontecimento permanece inacessível à verdade.

A INTERPELAÇÃO

Esse é um termo introduzido por Althusser para mencionar a Ordem a que estamos submetidos; graças a essa abordagem. Política e Psicanálise caminham na mesma direção. Sintoma social (Marx) e sintoma particular (Freud) apontariam na direção de uma ilusão, ou seja, o desconhecimento que incide sobre o Ego, ou o ponto de vista da consciência individual necessariamente mistificada. A tal ponto que ocorreu a Althusser propor um "processo sem sujeito", ou seja, para um processo puramente simbólico, onde vallesse uma pura teoria da causa, teríamos uma estrutura sem sujeito. Como disse Pierre Bruno, teríamos um sujeito reduzido ao seu estatuto jurídico, sujeito obtido pela redução do ser ao seu conceito. A análise da ideologia como operadora da Ordem simbólica punha às claras o assujeitamento já detectado no nível do sintoma, pois que a ideologia tem como função constituir os indivíduos concretos em sujeitos.

Assujeitamento (ALTHUSSER) e Alienação (LACAN), duas noções graças às quais ultrapassamos as instâncias egóicas citadas no início deste texto, e nos estabelecemos em condições de pensar o "sujeito sem substância", longe do sentido, fora do alcance da hermenêutica. De lado da Psicanálise, aprendêramos a evasziar o Inconsciente; não mais a profundidade, mas a verdade nas palavras e nos atos, sempre na superfície. O Inconsciente, objeto da Psicanálise, não seria senão um dos efeitos do "tornar-se humano".

No entanto, as objeções vieram: a hipoteca em que era mantido o pensamento, ora atrelado à Ciência, ora à Política, fazia da Ordem (simbólica) algo como um comando. Autodeterminação da verdade?

Quanto à Psicanálise, se ela ane a idéia de "destino" (Freud foi), alguma que sempre se possa se desfazer pela moira dos seus, pela ananké, a quem ele reverenciava (lê retrait), a mesma Psicanálise não pensa o destino, meramente, como uma cadeia de injunções; a emergência do sujeito resultaria de iniciativa de sua parte frente às injunções que ele enfrenta, de que ele dobra. Quanto a Badiou, diria ele, de preferência, que o sujeito resultando de nomeação é um acontecimento vem a ser raro. Não estará Badiou isento de uma certa postura bem caracterizada pelo que foi por ele mesmo acima exposto em se tratando dos direitos do homem; por isso, transcrevemos a conferência Em seus termos.

Encontramo-nos, atualmente, nessa fronteira já freqüentada por aqueles que aceitam correr o risco de retomar a questão: pode-se pensar a política? Vamos nós dirigir mais uma vez a Badiou, transcrevendo uma segunda conferência, destinada a introduzir as noções de "subtração" e "disseminação". Acreditamos que as noções ora nomeadas possam contribuir para dizer de um pensamento da Política, pensamento do Inconsciente. Será no nível do poema que Badiou vai encontrar material para trabalhar as duas noções já nomeadas. DUAS OPERAÇÕES E O POEMA O Poema é exercício intransigente; sem mediação, ele nada tem a comunicar. Ele é tão somente uma declaração que encontra sua autoridade nela mesma. Ao dizermos um poema, que mundo estaria sendo objeto de comunicação? Com quem estamos nós partilhando uma exclamação? O poema será a cada vez acontecimento do consumo.

Eis que o poema não comunica nem entra em circulação geral. Ele é pobreza que se consome a si mesma, ele é manifestação em si encerrada, leque desenvoltou que ao nosso olhar se desdobra. O poema não tem mercado assegurado, dizia recentemente Décio Pignatari; marketing aqui assegura vendagem de um livro de poesias. Quem hoje em dia lê os poetas? - perguntava-se Badiou ao dar início à conferência! Quem sabe de cor ainda os versos que por acaso leu?

Dobrado sobre si mesmo, posto em reserva, o poema moderno é habitado por um silêncio. Silêncio puro, ele interrompe o ruído do mundo; ao colocar o silêncio no tecido da língua, ele prepara o ser falante para uma afirmação sem precedente. Para dizer em outras palavras: o poema é um pensamento que é um ato, um ato mesmo.

O poema diz o contrário do que vaticinava Wittgenstein ao final do seu livro, o Tractatus: "O que não sabemos dizer, devemos manter calado". Diz o poema: essa coisa impossível de tratar na língua do consenso, eu faço silêncio para dizê-la. Mallarmé, artifice do poema, o chamava "ação restrita"; ele opunha sem hesitar o poema a esse outro uso da língua, uso dominante em nossos dias. Língua da comunicação, língua da realidade, língua sempre mediada e mediatizada, Mallarmé a chamava "reportagem universal".

O poema é o guardião da ética do dizer, precisamente, o que Lacan chamava "ética do bem dizer". O poema é, no fundo, a língua, a língua que se mostra solitária, que faz exceção frente ao ruído e ao tumulto que rotulamos de compreensão.

Haveria um pensamento no poema? Um pensamento-poema? Eu disse um pensamento, não um conhecimento. Há conhecimento quando a experiência do real se dá na forma de objeto. Ora, o poema não visa, nem supõe; já que não descreve um objeto, o poema é sem relação com a objetividade. O poema não tem objeto de referência, ele veio para declarar seu próprio universo. Não somente o poema não tem objeto, mas a sua declaração visa, precisamente, abolir o objeto ao constituir o pensamento que não será mais a sua relação com o objeto.

Para isso, o poema utiliza duas operações que são: a subtração e a disseminação. A subtração organiza o poema com o objetivo de propiciar a retirada (lê retrait) do objeto: o poema anuncia o ser exatamente na lugar onde o objeto já não está. Bis porque o poema é um pensamento que se obtém na retirada, na subtração de todo conhecimento. Essa oposição entre o poema e o conhecer vem a ser a origem do conflito entre poesia e filosofia. A filosofia faz questão do conhecimento; a idéia do pensamento sem conhecimento, do pensamento sem objeto, a perturba. Aí está a operação subtrativa do poema, a qual submete o objeto à prova da sua falta.

A outra operação será a disseminação. Graças a uma espécie de multiplicação infinita, pretende ela, por seu lado, dissolver o objeto, seja o objeto apenas nomeado já anteriormente em outras palavras do sentido; assim desobjetiva-se ele ao tornar-se outra coisa que eleja não é. O objeto perde a sua objetividade, não como subtração por aquilo que falta, mas por alguma coisa da ordem do excesso, equivalência excessiva frente a outros objetos. Poderíamos dizer que o poema do objeto, faz com que o objeto se perca nos seus múltiplos.

Enfim, assim também a Política, assim também a Psicanálise, ambas conhecem a subtração, ambas convivem com a disseminação. Só os entaves promovidos pelas instituições políticas, psicanalíticas, se opõem à prática que incluíse essas duas operações, tão inspiradas. Somente elas conseguirão dar conta do "riso do capitalista" (expressão de Marx ao introduzir a discussão sobre a mais-valia); só elas poderão constituir alternativamente à inesgotável capacidade de recuperação do sistema capitalista, recuperação que faz crescer a produção, quando essa mesma produção havia provocado o destemperado do consumo.

Quando à Psicanálise, enfim, foi com esses dados que pensei minha nova clínica, apoiado na idéia de invenção ("política a ser inventada", "práxis inventiva") que encontra em Badiou. Dou meu resumo da situação tal como pude retratá-la, definindo três modelos, a saber. Saúde Pública, Saúde Coletiva, Saúde a Ser Inventada.

Saúde Pública - o primeiro modelo enfatiza a Epidemiologia, organiza campanhas visando ao tratamento em massa, é pensado em termos do modelo Pasteur quanto à imunologia, conseqüentemente quanto à imunização, patrocina medidas impostas a uma coletividade forçada, resultando numa prática mecanizada de atendimento ao público;

Saúde Coletiva - o segundo modelo conclama à participação. adota conceito de saúde oriundo da Conferência Nacional de Saúde, pensa a relação médico/paciente em termos de simetria, por vezes acreditando que "um aprende com o outro", baseia-se no social a que reduz a determinação da saúde em sua instância última, espera que os seus objetivos sejam seguramente alcançáveis, pensa seu processo como sendo garantido pela articulação rebellião/pensamento, no nível das massas. Médicos e psicólogos passaram a ocupar o lugar do revolucionário. De fato, para esse personagem, desde sempre o processo revolucionário conseqüente garantia o pensamento fecundo. Há, atualmente, uma desarticulação entre pensamento fecundo e revolta por parte do "público visado". A rebeldia poderá existir, mas ela não suscita necessariamente criatividade; o pensamento terá que ser articulado sem o impulso da revolução. Seria isso possível? É o desafio que nos propomos enfrentar. Saúde a Ser Inventada - para o exame do terceiro modelo tomemos um caso concreto, a questão da saúde.

Demos um nome a este tipo de pensamento: "saúde a ser inventada". Conseqüentemente, há um sujeito que comparece e um pensamento da saúde.

Esse sujeito age a partir da singularidade e não de leis gerais, universais; esse pensamento se faz sem interferência de outros campos, por exemplo, a adesão a um partido ou origem de classe social. Se a proposta aqui trazida for pertinente, voltamos à questão da política. Desta vez para nos apropriarmos do termo "política", dando a ele novas conotações. De início, pensado como equivalente a governo (na Grécia), posteriormente declarado comprometido com a idéia de Estado, finalmente vamos exigir três este termo que ele traduza de uma nova situação. Essencialmente, política tem a ver com uma práxis, ou seja, procedimento que nos transforma. No caso em pauta, a questão da saúde exige uma prática política a ser inventada com relação à saúde, ou seja, uma prática política da saúde. Inventada quer dizer que ela não depende de um consenso, não se exige uma política única.

Saúde a Ser Inventada reconhece a dicotomia vida/morte, onde se funda qualquer reflexão sobre a vida; por conseqüente, a suposição será "temos que viver" por oposição a "temos que viver bem": a ética do "viver bem" partindo da doença, do mal como dado inicial será recusada; diante do binômio necessidade/ demanda inscreve o desejo como resto não dialetizável; afirma a dissimetria entre médico e paciente, confirma a singularidade do sujeito da saúde, conseqüentemente, a singularidade das situações. Para Saúde a Ser Inventada, o sujeito em questão não se reduz a um estatuto de animal vivo, mas acede a uma subjetividade singular imortal. A figura de vítima, o "encostado" do INAMPS como terrivelmente dizemos entre nós, o "jacaré", que é o paciente para o médico do INSS, reduz esse homem a seu substrato animal, a sua simples identidade de ser vivo. A contingência do sofrimento e da morte terá que ser pensada a partir desse sujeito imortal, e não a partir da sobrevivência contra a miséria: eis a clínica em sua dimensão nova. A subjetividade é fonte de revolta já mencionada quando tratamos da articulação revolução/pensamento; no entanto, essa revolta não serve a um consenso para a definição do que é mal ou doença. Não há aqui lugar para tratamento em massa (Saúde Pública); nem "espírito comunitário" ou "consciência de classe" substituem a "situação clínica", sua singularidade.